

A construção do “Norte Pioneiro” do Paraná sob diferentes olhares: uma historiografia da ocupação à reocupação territorial (séculos XX e XXI)

Mateus Torelli Fidelis^{1*}

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

<https://doi.org/10.15446/historelo.v18n41.119078>

Recebido: 27 de fevereiro de 2025

Aceito: 20 de outubro de 2025

Modificado: 14 de novembro de 2025

Resumo

Entre os séculos XX e XXI, a região conhecida como “Norte Pioneiro” do Paraná foi objeto de estudos de diferentes naturezas, dentro ou fora do campo acadêmico. A partir disso, o objetivo do artigo é realizar uma análise historiográfica das diferentes perspectivas ou visões construídas sobre a reocupação moderna do nordeste do Paraná. A análise foi organizada a partir do seguinte quadro: 1 – abordagem geográfica das décadas de 1930 e 1950; 2 – relato dos memorialistas; 3 – enfoque da historiografia clássica das décadas de 1970 e 1980; 4 – interpretação da historiografia do início do século XXI. Os municípios analisados foram os que se desenvolveram até a década de 1930, ou seja, as cidades como Bandeirantes, Cornélio Procópio, Assaí, entre outras, não foram contempladas na análise. A partir disso, buscou-se evidenciar as convergências e rupturas a partir do exame dos diferentes paradigmas, conceitos e abordagens adotadas por essas produções, bem como oferecer um mapeamento geral, à historiografia, sobre o que se entende sobre a colonização da região analisada.

Palavras-chave: historiografia; história social; memória coletiva; colonização; identidade cultural; discurso; Brasil; século XX; século XXI.

The construction of the “Pioneer North” of Paraná from different perspectives: a historiography of occupation to territorial reoccupation (20th and 21st centuries)

Abstract

Between the 20th and 21st centuries, the region known as "Pioneer North" of Paraná was the subject of various studies, both academic and non-academic. Based on this, the objective of

^{1*} Licenciado em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (Jacarezinho, Paraná, Brasil). Estudante de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina (Londrina, Brasil). Participante do Projeto de Pesquisa Antropologia no Tempo: História, Evento e Memória no fazer etnográfico contemporâneo na mesma instituição. Professor temporário pela Secretaria de Educação do Paraná (Curitiba, Brasil). Área de especialização: pesquisador em História Social. Artigo de pesquisa baseado na primeira parte da dissertação intitulada “‘Norte Pioneiro’ do Paraná: conflitos territoriais, coronelismo e violências no final do século XIX e início do XX”, que se encontra em fase de desenvolvimento e finalização. O texto recebeu apoio econômico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim pela leitura, sugestões e críticas feitas antes da submissão do artigo e à CAPES pelo financiamento necessário. Correio eletrônico: mateus.torelli12@uel.br <https://orcid.org/0000-0002-4148-5329>

Cómo citar este artículo/ How to cite this article:

Fidelis, Mateus Torelli. “A construção do ‘Norte Pioneiro’ do Paraná sob diferentes olhares: uma historiografia da ocupação à reocupação territorial (séculos XX e XXI)”. *HiSTORELo. Revista de Historia Regional y Local* 18, no. 41 (2026): 201-231. <https://doi.org/10.15446/historelo.v18n41.119078>

this article is to conduct a historiographical analysis of the different perspectives or views constructed on the modern (re)occupation of northeastern Paraná. The analysis was organized based on the following framework: 1 – geographical approach of the 1930s and 1950s; 2 – accounts of memoirists; 3 – focus of classical historiography of the 1970s and 1980s; 4 – interpretation of historiography of the early 21st century. The municipalities analyzed were those that developed until the 1930s, i.e., cities such as Bandeirantes, Cornélio Procópio, Assaí, among others, were not included in the analysis. Based on this, we sought to highlight the convergences and ruptures by examining the different paradigms, concepts, and approaches adopted by these works, as well as to offer a general mapping to historiography on what is understood about the colonization of the region analyzed.

Keywords: historiography; social history; collective memory; colonization; cultural identity; discourse; Brazil; 20th century; 21st century.

La construcción del “Norte Pionero” de Paraná desde diferentes perspectivas: una historiografía de la ocupación y la reocupación territorial (siglos XX y XXI)

Resumen: Entre los siglos XX y XXI, la región conocida como “Norte Pioneiro” de Paraná fue objeto de estudios de diversa índole, tanto dentro como fuera del ámbito académico. Partiendo de ello, el objetivo del artículo es realizar un análisis historiográfico de las diferentes perspectivas o visiones construidas sobre la (re)ocupación moderna del noreste de Paraná. El análisis se organizó a partir del siguiente cuadro: 1 - enfoque geográfico de las décadas de 1930 y 1950; 2 - relato de los memorialistas; 3 - enfoque de la historiografía clásica de las décadas de 1970 y 1980; 4 - interpretación de la historiografía de principios del siglo XXI. Los municipios analizados fueron los que se desarrollaron hasta la década de 1930, es decir, ciudades como Bandeirantes, Cornélio Procópio, Assaí, entre otras, no fueron contempladas en el análisis. A partir de ahí, se buscó evidenciar las convergencias y rupturas a partir del examen de los diferentes paradigmas, conceptos y enfoques adoptados por estas producciones, así como ofrecer un mapeo general, a la historiografía, sobre lo que se entiende por colonización de la región analizada.

Palabras clave: historiografía; historia social; memoria colectiva; colonización; identidad cultural; discurso; Brasil; siglo XX; siglo XXI.

Introdução

O “Norte Pioneiro” do Paraná (figura 1) é uma mesorregião localizada no nordeste do Paraná, sendo a primeira região a ser reocupada no Norte do Paraná. Segundo a regionalização estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até 2017, essa região contabilizava 46 municípios, sendo subdividida em cinco microrregiões: Assaí, Ibaiti, Jacarezinho, Wenceslau Braz e Cornélio Procópio. Posteriormente, essa regionalização foi substituída, sendo compreendida através da subdivisão de quatro Regiões Geográficas Imediatas —Bandeirantes, Ibaiti, Santo Antônio da Platina e Cornélio Procópio— (Paiva 2022, 41-44). Na perspectiva da historiografia tradicional, a reocupação —ou “ocupação

moderna”— desse espaço teve início na segunda metade do século XIX e se efetivou nas primeiras décadas do século XX, com a intensificação da migração para o nordeste do Paraná (Mussalam 1974; Wachowicz 1987).

Figura 1. “Norte Pioneiro” do Paraná

Fonte: Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). “Regiões Geográficas (Lei Estadual 15”. IPARDES (página web). 2010.

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf

A própria nomenclatura que define essa região como “Norte Pioneiro” merece uma atenção especial. Aliás, esse espaço já foi conhecido por diferentes nomes (Valuto e Norte Velho), cada qual carregando um significado diferente. Vale o destaque para a noção de *região*, ou seja, uma palavra referente “[...] a um dado fiscal, administrativo e militar [...]. Vistas como máscaras a serem elaboradas e mantidas permanentemente, as fronteiras e os territórios regionais são criações geográficas e simbólicas, e, por sua vez, eminentemente históricas [...]” (Carreri 2021, 2). A região define o poder, quer dizer, o poder régio no sentido de reger, vigiar e dominar (político e juridicamente). No caso do “Norte Pioneiro” do Paraná, essa nomenclatura surge como uma forma de tornar legítima a identidade dos fundadores da região, tendo como destaque e figura central o “pioneiro”, demarcando o seu espaço de poder. O nome dessa região tem grande importância para os memorialistas, apologistas e agentes que se afirmam ou se autointitulam como “pioneiros” ou descendentes destes, considerando seus “grandes feitos” e suas “glórias” do passado. Contudo, para populações indígenas, como os Kaingang e os Guarani Nhandewa, que viram seus territórios serem invadidos entre o final do século XIX e início do XX, a perspectiva, sentido ou significado sobre essa região são totalmente diferentes.

Essa região, como observado pelo Wachowicz (1987) e ressaltado por Carsten (2012), foi, primeiramente, conhecida como *Valuto*. Esse termo, utilizado antes do século XX, designava as terras que eram localizadas entre os vales de rios. No caso do nordeste do

Paraná, “[...] a historiografia paranaense utilizou-se do termo para denominar as terras dos vales dos rios Itararé e Cinzas” (Carsten 2012, 11). O termo Valuto não carrega consigo uma conotação política e nem define uma identidade, ao contrário, define um local como modo de facilitar a percepção geográfica, levando em consideração que, nesse tempo, esse espaço fazia parte do caminho de tropeiros. Em outro momento, após a década de 1930, com a reocupação da região de Londrina pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), surge o “Norte Velho”. Essa definição, por sua vez, tem um sentido econômico e político. Conforme a análise de Carreri:

[...] A ideia de Norte Velho é associada à chamada República Velha, assim denominada a partir da Revolução de 1930 e, em seguida, do Estado Novo. [...] Foi instituída em função e a partir do crescimento econômico assemelhado e potencializado da região de Londrina [...] (Carreri 2021, 5).

Além de ser associado ao contexto político dos coronéis, o “Norte Velho” carrega consigo a dualidade entre o que é novo e o que é velho, o arcaico e o moderno. Ou seja, a estratégia de associar a região de Londrina como “Norte Novo” tinha como pretensão atrair os migrantes e compradores de terras de diferentes lugares do globo. A definição da região, para além da acepção política e jurídica, carrega o sentido capitalista, tendo o lucro como principal objetivo e a CTNP como estrategista (Tomazi 1997).

Contudo, de acordo com Ruckstadter (2018), esse adjetivo incomodava a elite econômica em questão. Então, a partir da década de 1960, mais precisamente no dia 19 de março de 1964, na cidade de Jacarezinho, um ex-prefeito sugeriu a alteração do nome “Norte Velho” para “Norte Pioneiro”, justificando que:

[...] É esta nossa Região realmente merecedora deste título certo, desta denominação certíssima, quando sabemos, e a história nos confirma, que foram os velhos municípios desta Região [...] os desbravadores pela valentia e audácia de seus filhos, das demais Regiões, hoje Eldorado do Paraná, que compreendem o Norte Novo, Novíssimo e até o Oeste da Terra dos Pinheirais (Souza 2007, 10 citado em Ruckstadter 2018, 404).

O objetivo desse artigo é realizar uma análise historiográfica das diferentes perspectivas ou visões sobre a reocupação do Valuto, “Norte Velho”, “Norte Pioneiro” ou, de maneira simples, nordeste do Paraná, contribuindo para uma melhor compreensão para aqueles que tenham interesse em investigar a história deste espaço. Com a finalidade de melhor delimitar o estudo, o recorte temporal adotado é referente à fase de reocupação, que compreende a formação das primeiras cidades (como Tomazina e Colônia Mineira) e vai até a década de 1930 (figura 2).

Figura 2. Vilas, povoados e municípios existentes até 1924

Fonte: Santos, Loureiro. “Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. 1924”, Instituto Água e Terra (IAT) (página web), 1924.

https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/mapa1924.pdf

Para o encaminhamento desta pesquisa, fizemos a seguinte divisão: a abordagem geográfica da década de 1930 e 1950 —primeiros pesquisadores a investigar essa região através do caráter científico—; o relato dos memorialistas e seus locais —narrativas produzidas por pessoas que não são profissionais de História—; o enfoque da historiografia tradicional das décadas de 1970 e 1980 —a perspectiva da História Demográfica e História Regional—; e, por fim, a interpretação da historiografia do século XXI. No sentido historiográfico, ficam as seguintes questões: quais são as metodologias usadas e adotadas pelos autores? A qual paradigma teórico eles pertencem? Fazem parte de qual contexto social e econômico? (Barros 2022, 13)

A geografia das décadas de 1930 e 1950: a frente pioneira e a zona pioneira

Nesse tópico, faremos uma abordagem de como os geógrafos do início do século XX empreenderam suas análises sobre o Norte do Paraná, no nosso caso, sobre a região do “Norte Pioneiro” do Paraná. Muitos deles² buscaram interpretar a ocupação dessa região do ponto de

² Ressaltamos aqui a pesquisadora Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e seu artigo intitulado *O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná* (1953). Além dela, há o trabalho de Nilo Bernardes intitulado *Expansão e Povoamento no Estado do Paraná* (1952). Outros trabalhos de cunho geográfico podem ser consultados em: Gonçalves, José Henrique Rollo. A tematização do Norte do Paraná no contexto da formação da

vista científico. Nesse sentido, delimitaremos nossa análise a dois geógrafos que voltaram suas atenções para a ocupação do espaço definido para nossa reflexão: o francês Pierre Monbeig (1908-1987) e o alemão Leo Waibel (1881-1951).

Esses geógrafos foram responsáveis por difundir a noção ou concepção de *frente pioneira* ou *zonas pioneiras*. Esses conceitos permitiam realizar, com mais afinco, uma análise de caráter científico sobre a formação da região, bem como dimensionar o aumento demográfico, o progresso econômico e a modernização de determinados espaços. Além disso, a noção de *frente pioneira* não se restringiu apenas aos muros da geografia, chegou a ser difundida também no campo histórico (como será demonstrado posteriormente).

Segundo o historiador Lucio Tadeu Mota (2009), o Norte do Paraná foi alvo de visitas e excursões científicas por volta das décadas de 1930 e 1960. Os relatórios de visitas e passeios foram, em grande parte, documentados na *Revista Brasileira de Geografia*, um dos principais espaços de difusão do conhecimento geográfico sobre o território brasileiro. Conforme Lucio Tadeu Mota “[...] esses trabalhos foram e são bastante utilizados como fonte de referência para inúmeros textos acadêmicos sobre a região, principalmente no que tange à questão demográfica e ao pioneirismo [...]” (Mota 2009, 27). Conforme José Henrique Rollo Gonçalves em sua dissertação:

A partir de meados dos anos 30, foram empreendidas inúmeras tentativas de estabelecer demarcações tecnicamente aceitáveis do Norte paranaense. O intenso movimento de colonização atuou, naturalmente, como estimulador daquelas preocupações. Mas elas expressaram, igualmente, a paralela formação, em âmbito nacional, de um campo intelectual intimamente associado ao (e, sem dúvida condicionado pelo) processo de construção de políticas de planejamento territorial: os estudos regionais. Com efeito, entre 1934 e 1936, foram criados os cursos de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF). Por sua vez, um pouco mais tarde, foram instituídos, como instrumentos de assessoria direta ao Presidente da República, o Conselho Nacional de Estatística (CNE)

geografia humana brasileira. In: José Enrique Rollo. *História Regional e Ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980*. Dissertação (História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, 1995.

(17/11/1936), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) (24/03/1937) e, por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (26/01/1938) [...] (Gonçalves 1995, 58).

Como fica evidenciado na citação anterior, os estudos geográficos que foram desenvolvidos sobre diversas regiões do Brasil não se consolidaram de maneira orgânica ou natural, sem algum tipo de intencionalidade. Ao contrário, a criação do CNE, CNG e IBGE está vinculada a um projeto político, mais especificamente sobre um projeto de construção do Estado-Nação por meio das regionalidades. Esse contexto de criação dessas instituições garantiu, durante todo esse período, a “[...] hegemonia no seio dos aparelhos estatais de planejamento, tanto em termos nacionais, com o CNG-IBGE, quanto em repartições estaduais [...]” (Gonçalves 1995, 58).

No caso do geógrafo alemão Leo Waibel, ele tinha ligação direta com o CNG, desempenhando um papel de consultor científico — assegurando um status de professor universitário. Conforme Gerd Kohlhepp, Leo Waibel podia se dedicar inteiramente à pesquisa científica sem se preocupar excessivamente com os compromissos do ensino nas universidades (Kohlhepp 2019, 71-72). Já Pierre Monbeig, teve um papel preponderante na formação da Universidade de São Paulo, desempenhando suas atividades entre os anos de 1935 até 1946. Monbeig chegou ao Brasil por meio da missão francesa que, segundo Aziz Ab’Sáber (1994), teve um grande impacto no cenário acadêmico e científico nesse período.

Sobre a questão da ocupação do Norte do Paraná, Pierre Monbeig cunhou a noção de *faixa pioneira* ou *frente pioneira*, que carrega em seu bojo uma série de elementos como: derrubada da floresta, formação de centros urbanos, fluxos migratórios e avanço da modernização —evolução das técnicas agrícolas—. Além disso, a lógica desse conceito se baseia na interpretação de uma dualidade espacial, ou seja, entre o espaço “vazio” e o espaço ocupado, espaço improdutivo e espaço produtivo —do ponto de vista do capital— (Monbeig 1984, 139-146). Monbeig sustenta a tese de que a ocupação do Norte do Paraná é uma continuação ou extensão da expansão econômica de São Paulo. Apesar de serem regiões

distintas do ponto de vista jurisdicional e político, assinala que a ocupação do Norte do Paraná “[...] não deixa de ser de fato uma região economicamente paulista [...]” (Monbeig 1935, 56).

Algo que fica evidente na análise de Monbeig é o papel preponderante da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), que, na perspectiva do autor, a metodologia adotada pela companhia —loteamento em minifúndios— representava um sistema modernizador (Monbeig 1935, 58).

Leo Waibel, que também estudou a região do Norte do Paraná, utiliza uma concepção semelhante à *frente pioneira* ou *faixa pioneira* de Pierre Monbeig. Em seu artigo de 1955, o autor adota uma abordagem mais homogeneizada e generalizante, buscando compreender a ocupação e o avanço das frentes de colonização do Norte do Paraná como uma *zona pioneira*. Sua concepção é fortemente influenciada pelo pensamento estadunidense de fronteira, em específico sobre a expansão do *Middle west* dos Estados Unidos ao longo do século XIX. Por isso, o uso da terminologia “pioneiro”, oriunda de *pioneer*, para designar os agentes que realizam a ocupação de territórios considerados “inacessíveis” para a “civilização”. Nos dizeres de Waibel:

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da “frontier” sertão a dentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou um sentido diferente. Na Europa a palavra “frontier” significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira (Waibel 1955, 390).

Na perspectiva dos historiadores, o conceito de “pioneiro”, em solo brasileiro, adquire outra conotação. No prefácio das impressões de Romário Martins (2013) ao nordeste do Paraná na década de 1920, Nelson Tomazi e Paulo Benatti assinala que:

O termo é aplicado especialmente aos grandes proprietários de terras que, a partir de 1888, estabeleceram-se na região em torno de Jacarezinho. Para o historiador, o pioneiro teria um ethos híbrido: ele combinaria o ímpeto do ‘pioneer’ norte-americano com o dos paulistas desbravadores de sertões. Faz a apologia dos ‘yankees brasileiros, netos de bandeirantes’, aquela ‘raça de gigantes’ que conquistou o ‘sertão agressivo e maravilhoso’, integrando-o à civilização (Tomazi; Benatti 2013, 9).

Retornando às ideias de Waibel (1955), o avanço da sociedade ocidental sobre uma localidade *inacessível* significa um salto para a modernidade, quando a região começa a ser transformada (sua paisagem) de um lugar considerado “inóspito” e “selvagem” para um lugar onde a natureza foi *civilizada*, surgindo aí os grandes centros urbanos, a estrada de ferro, a integração da região no sistema capitalista de produção e a constituição de uma sociedade ordeira.

Nesse momento, é interessante ressaltar que os geógrafos (Leo Waibel e Pierre Monbeig), do ponto de vista social, negaram a existência de outros agentes históricos que estavam presente no momento de formação desse território. O ponto de vista adotado por estes agentes parte da ideologia dominante que privilegia a figura do pioneiro, ressaltando apenas seu papel e desempenho na construção da região, representando o que seria a “totalidade histórica” desse espaço. Agentes como as populações indígenas são, na maioria dos casos, omitidas da situação de fronteira. O caráter que surge a partir disso é que, antes da chegada do pioneiro, essa região estava vazia, sem nenhum sinal de vestígio humano. Além disso, emerge uma concepção que é muito reproduzida em diferentes setores da sociedade: o vazio demográfico. Essa concepção, segundo Lúcio Tadeu Mota, estabelece uma atmosfera de passividade no que condiz à colonização dessa região, ou seja, se não havia indígenas, a colonização foi pacífica.

Uma outra problemática é o empenho da análise dos geógrafos dirigido à região do “Norte Pioneiro” do Paraná. A ocupação dessa região começa por volta de 1850, no contexto da promulgação da Lei de Terras e tem seu auge no início do século XX (Mussalam 1974; Wachowicz 1987). Quando os geógrafos vieram estudar o Norte do Paraná na década de 1930, pouco se tratou da região nordeste, levando em consideração que essa região já se encontrava ocupada. Nesse contexto, a *frente pioneira* tinha atingido a parte central do Norte do Paraná (onde está localizada a cidade de Londrina) e a preocupação dos geógrafos, pelo que parece, era demonstrar como se dava esse avanço em todas suas especificidades nesse recorte espacial. Além disso, suas preocupações não eram demonstrar as grandes fazendas (em grande parte latifúndios) do “Norte Pioneiro”, mas o sistema de minifúndios da CNTP que, segundo Monbeig, representava um sistema ou organização fundiária moderna (Monbeig 1935).

Memorialistas e seus locais

Nesse tópico, nosso objetivo é demonstrar como os memorialistas, através de seus lugares sociais e visões de mundo, buscaram compreender a formação de seus municípios em relação à construção da região do “Norte Pioneiro” do Paraná. Para tanto, fizemos um levantamento e selecionamos algumas produções que são advindas das seguintes cidades: Siqueira Campos (antiga Colônia Mineira), Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Cambará. Esses livros foram publicados em diferentes períodos históricos, sendo um dos primeiros³ datado em 1950 e o último em 2014.

É pertinente ressaltar que esses livros refletem uma ideologia, ou seja, quando os memorialistas tratam da formação de seus municípios e da região em si, estão realizando uma descrição por meio da memória do colonizador – diga-se, do “pioneiro” ou da ideologia dominante, semelhante à perspectiva dos geógrafos da década de 1930 e 1950. Isso, de

³ Ainda há a *Súmula Histórica* de Rodrigo Octávio Torres Pereira, analisado na dissertação de Vanessa Mayrinck (2021). Entretanto, não se sabe a data em que este livro foi escrito.

maneira alguma, reflete a visão dos agentes históricos que foram expropriados de seus territórios – no caso, os povos Kaingang e Guarani Nhandewa. Assim, com referência ao sociólogo Maurice Halbwachs, Peter Burke afirma que:

[...] As memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado (Burke 2011, 70).

Os relatos que aqui serão mencionados não são produções neutras, sem nenhum tipo de intencionalidade. Ao contrário, são grupos sociais que buscam construir uma história e determinar o que deve ser memorável no círculo social ou não, o que deve ser registrado nos livros de memórias ou não. A lição que Burke nos passa é que “[...] precisamos, é claro, nos lembrar que esses relatos não são atos inocentes da memória, *mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem* [...]” (Burke 2011, 84).⁴

Muitas dessas impressões partilham da compreensão de um território desabitado antes da chegada dos “pioneiros”. É bastante comum encontrar, nas entrelinhas, expressões como *terra virgem, sertão inóspito, lugar desabitado* etc. Além disso, a atmosfera emergente sobre seus relatos é de que a ocupação não envolveu muitos conflitos —com exceção de Crespo *et al.* (1994) e Calheiro (2014) sobre a cidade de Santo Antônio da Platina—. Pelo que parece, para os reocupantes, a principal dificuldade é lidar com os perigos da natureza e sua biodiversidade.

Sobre a ocupação da cidade de Jacarezinho, Astolfo Batista⁵ afirma que naquele tempo “[...] não viu viv’alma nessa selva selvagem” (Batista 1950, 22). Nessa perspectiva, ressaltou que a formação dessa cidade começa entre os anos de 1880 e 1890, sendo assim, seu pai (Coronel Joaquim Severo Batista) um dos primeiros homens a pisarem nessas terras. Seu

⁴ Grifos do autor.

⁵ Astolfo Severo Batista (1883-1961) foi advogado e filho do Coronel Joaquim Severo Batista (1844-1930), proprietário de terras e considerado um dos fundadores da cidade de Jacarezinho-PR.

argumento, além de refletir a memória do colonizador, busca heroicizar alguns personagens, classificando-os como “novos bandeirantes”. No caso do Coronel Figueiredo, amigo de sua família e um dos fundadores dessa cidade, foi condecorado com o título de “saneador”. Essa atribuição foi feita por conta da relação que Coronel Figueiredo tinha com os indígenas daquela região, sendo o responsável pela expulsão ou “saneamento” dos Kaingang. Nas palavras de Astolfo Batista “[...] Figueiredo, [realizou] forte pressão contra eles [Kaingang], que, afinal, amedrontados, vencidos, afastaram-se para o fundo mais profundo da floresta” (Batista 1950, 37).

Thomaz Aimone⁶ (1975), por sua vez, oferece uma visão divergente em relação a ocupação da cidade de Jacarezinho. Para ele, a família Alcântara foi a primeira a chegar nessa localidade, por volta de 1888. O destaque foi para o patriarca da família, o Coronel Antônio Alcântara, que, beneficiário da Guerra do Paraguai —com o fornecimento de escravizados para a composição das tropas—, vendeu sua fazenda em Minas Gerais para se mudar à região do “Norte Pioneiro” na época conhecida como *valuto*.

Apesar da divergência sobre o protagonismo da ocupação da cidade de Jacarezinho, os dois livros corroboram para uma narrativa que privilegia temas como desenvolvimento, heroísmo dos “pioneiros” e o progresso das famílias que contribuíram para a construção da cidade. O livro de Joaquim Vicente de Souza⁷ (1988) sobre a Colônia Mineira —atual Siqueira Campos— traz um ponto curioso: o protagonismo da mulher “pioneira” no desbravamento dos sertões. Em uma crítica aos memorialistas, ele ressaltou o seguinte:

É costumeiro nas histórias de fundações de povoado, nomear-se apenas os nomes dos homens, esquecendo-se completamente de suas companheiras inseparáveis, as mulheres, que, junto com os maridos e as filhas, compartilham das lutas e sofrimentos, como é comum nestes desbravamentos (Souza 1988, 22).

⁶ Thomaz Aimone nasceu em Curitiba e veio para Jacarezinho na década de 1930, após ser aprovado em um concurso público para atuar no magistério. Foi professor de língua francesa no Ginásio Rui Barbosa, atualmente, Colégio Estadual Rui Barbosa, localizado no Centro da cidade.

⁷ Joaquim Vicente de Souza (1914-1989) foi professor, escritor, secretário da Prefeitura, vereador, secretário da câmara e prefeito de Siqueira Campos.

Joaquim Vicente de Souza (1988) afirma que a fundação da Colônia Mineira se deu por volta de 1860. O deslocamento das famílias, segundo Souza, não se deu por mero “instinto” por aventura, mas “[...] o que os arrancou de seus queridos pagos, numa época sem crise alguma da natureza, foi o medo da famigerada Guerra do Paraguai que se antevia e da qual aqui falavam de pais para filhos e netos [...]” (Souza 1988, 22).

Sobre a cidade de Santo Antônio da Platina, Cezar Laranjo Crespo *et al.* esboçam a ideia de que a formação dessa cidade é um prolongamento do surgimento de outros núcleos mais antigos —como Tomazina e Siqueira Campos—. Em sua abordagem, eles utilizaram a expressão “deserto demográfico” para demonstrar como era essa região antes da chegada dos “pioneiros”. Embora utilizem essa expressão como uma forma de interpretar a formação de Santo Antônio da Platina, sua narrativa se demonstra paradoxal e contraditória, levando em consideração que o relato das famílias aponta à presença de populações indígenas no processo formativo desse espaço, como mostra o relato da família Costa:

Por volta de 1880 chegava a Santo Antônio da Platina a comitiva da família Costa que vinha liderada por Joaquim da Costa Lemes (fal. Em 14/04/1914), que veio com a esposa Ana Maria Luíza (fal. em 01/05/1935), e a sua filha Maria.

[...] Esta família veio de Fartura, Estado de São Paulo, para a conquista das terras adquiridas do Governo Imperial. Estabeleceram-se na atual fazenda Santa Joana, derrubaram a mata, plantaram e construíram suas casas, dando início à colonização da terra.

No começo, *os índios não incomodavam, mas depois começaram a surgir conflitos*. João Francisco, um *ex-escravo*, que morava com Joaquim da Costa foi, certa vez, à pé até Jataizinho, acompanhado de um índio manso, pedir orientação para como se relacionar melhor com os índios.

João Francisco era um homem muito bravo, temido por todos. *Quando havia caçada aos índios, a prova da morte era trazer a orelha direita do índio morto. Às orelhas eram cortadas e colocadas num canudo de taquara. O ataque era sempre à noite* (Crespo *et al.* 1994, 28).⁸

Sobre o caso da formação da cidade de Cambará há duas produções: *Alma da Terra:*

Cambará (2001) de Alice do Amaral Faria⁹ e *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*

⁸ Grifos do autor.

⁹ Alice do Amaral Faria (1926-2009), segundo a breve biografia encontrada em seu livro, foi uma paranaense de Cambará, normalista, contadora, decoradora e pedagoga formada pela Pontifícia Universidade Católica de

(2002) organizado pela Irmã Alba Pugas em conjunto com alunos e alunas do Colégio Nossa Senhora das Graças. De maneira semelhante aos autores de *Santo Antônio da Platina* (1994), Alice Faria (2001) compreende que a formação de Cambará está atrelada a algo maior, nesse caso, a região do “Norte Pioneiro”. Os livros de Faria (2001) e Pugas (2002) estabelecem uma conexão narrativa muito grande, considerando que as duas autoras buscaram contar a história de Cambará através do viés do progresso, modernização, do café e das riquezas, tendo seu marco inicial de ocupação em 1904.

No caso de Pugas (2002) houve a adoção de expressões como “Terra da Promissão” como forma de promover a riqueza desse espaço. Segundo José Miguel Arias Neto (1988), essa expressão está vinculada à ideologia do trabalho, de um território que promete riqueza e abundância àqueles que trabalham arduamente. Essa noção fomenta discursos que não significaram a realidade daquele contexto histórico, emergindo assim frases como “o dinheiro se dava até em árvores” e “o dinheiro se raspava com rodo” (Pugas 2002, 15).

Como ressaltado no início deste tópico, as produções desses memorialistas, ou seja, autores não especialistas em História, sem metodologia, teoria crítica ou conceitos históricos adequados, refletem uma perspectiva que busca representar ou reafirmar, de forma positiva e às vezes “heroica”, a vida do colonizador ou dos “pioneiros”, sendo estes os principais responsáveis pelo desenvolvimento dessas cidades¹⁰. Suas narrativas são divergentes em alguns momentos, especialmente sobre os fundadores das cidades —como no caso de Batista

Curitiba. Foi professora em várias escolas e diretora de 2 colégios na cidade onde nasceu. Em Curitiba, lecionou em duas escolas antes de se aposentar (Faria 2001).

¹⁰ Após a década de 2010, surgiram dois livros que foram publicados por memorialistas. O primeiro deles é *Os Pioneiros* de Helena Proença (2012). Nesse livro, a autora abordou como se deu o processo da fundação da cidade de Carlópolis, localizada próxima à Santo Antônio da Platina, fornecendo algumas informações sobre os indígenas que estavam presenciando o avanço colonizatório, em algumas vezes, sendo representados como invasores das propriedades dos “pioneiros”. Além disso, esse livro é convergente com as produções analisadas nesse tópico, corroborando para uma história baseada na visão dos “colonizadores”. De maneira diferente, o livro de Sebastião Américo Calheiro (2014), intitulado *História de Santo Antônio da Platina*, oferece uma perspectiva diferenciada, ressaltando que a “colonização” não foi pacífica, mas se desdobrou em cima dos territórios dos indígenas. Esse livro, divergente das outras produções, demonstra uma ruptura no pensamento dos memorialistas acerca do espaço, reconhecendo o território originário dos nativos e se baseando na não romantização da “colonização”. Sobre as produções memorialistas, seria pertinente desenvolver uma pesquisa mais aprofundada tratando somente dessas perspectivas, analisando suas convergências e suas rupturas — muito em face do contexto atual.

[1950] e Aimone [1975]—, travando uma disputa narrativa sobre quem foi o primeiro a pisar nessas terras. Em outros casos, suas narrativas se interconectam, levando em consideração que os pontos centrais de suas produções são: os agentes —“pioneiros”—, o desenvolvimento econômico —café, propriedade privada, estrada de ferro etc.— e as diversas expressões que caracterizam este espaço antes de sua chegada —*terra virgem, deserto demográfico, lugar vazio, sertão inóspito* etc.—.

A historiografia tradicional: entre a história demográfica e a história regional

De acordo com os historiadores Gilmar Arruda e Wander Proença (2013), no artigo “A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da academia: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970- 2012)”, o campo historiográfico na década de 1970 foi marcado por uma série de fatores relevantes. Entre esses fatores estão a expansão dos cursos de pós-graduação e das universidades. As carreiras profissionais, como de professores universitários, passaram a depender de obtenção de títulos através das especializações em cursos de pós-graduação. Além disso, esse período é importante, pois a historiografia paranaense começou a empreender esforços para delinear as espacialidades e temporalidades no que diz respeito à História do Paraná (Arruda e Proença 2013, 242).

Sobre a região do “Norte Pioneiro” do Paraná, foram emergentes duas produções: da Rene Mussalam (1974), com sua dissertação produzida na Universidade Federal do Paraná na área de História Demográfica; e de Ruy Wachowicz (1987), da área de História Regional, com seu livro *Norte Velho, Norte Pioneiro*, também proveniente da mesma instituição. É necessário enfatizar o *lugar social* de onde estes autores são oriundos, ou seja, suas pesquisas são influenciadas pelo contexto social-institucional —contato com pesquisadores— e histórico daquela época. Portanto, são produções que buscaram espacializar e delimitar o que seria o “Norte Pioneiro” do Paraná, a partir de diferentes teorias e metodologias de análise. Conforme Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam (Certeau 1982, 66-67).

Mesmo pertencendo ao mesmo lugar social, essas duas produções ora demarcam semelhanças, ora marcam distinções sobre o que eles interpretam como “Norte Pioneiro” do Paraná, ou melhor, sobre sua reocupação¹¹.

A pesquisa de Mussalam (1974), como mencionado anteriormente, teve como ponto de partida a influência da História Demográfica que, por sua vez, tem como premissa a junção entre História e Geografia. Nesse caso, a autora priorizou, na formação da região, o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional. Ademais, a origem geográfica das populações migrantes, a saber sobre seus lugares de partida —mineiros, paulistas, italianos etc.—, ganhou destaque em sua investigação.

É evidente, em sua abordagem, a influência dos geógrafos das décadas de 1930 e 1950, como Pierre Monbeig e Leo Waibel. Para compreender a ocupação dessa região, a autora, com base nas ideias de Monbeig (1945), afirma que a ocupação desse espaço é um caso ímpar na história do Brasil, pois “[...] esta região [é] considerada a ‘faixa ou zona pioneira brasileira’ [...]” (Monbeig 1945, 11-12 citado em Mussalam 1974, 16).

Nessa perspectiva, a autora reproduz a ideia de *frente*, *faixa* ou *zona pioneira* esboçada pelos geógrafos, partindo das premissas sobre o discurso de progresso e modernização. Em relação à expansão econômica e buscando uma maneira de exemplificar uma *zona pioneira*, a autora apresentou as ideias de Waibel (1955), conceituando a *zona* da seguinte maneira:

¹¹ No território conhecido como Paraná, historicamente, houve diversas reocupações, levando em consideração a atividade humana nesse espaço. Por exemplo, houve a ocupação de povos originários pré-ceramistas de 9.000 AP até 1343 AP, surgindo, posteriormente, uma outra reocupação pelos Kaingang e Guarani. Houve, também, a reocupação dos espanhóis e bandeirantes após o século XVI e XVII. Na primeira metade do século XIX, percebe-se, através do estudo de Ruy Wachowicz (1987), a chegada de populações cabocla-posseiras e escravizados fugidos de outras localidades para o nordeste do Paraná. No presente artigo, entende-se por reocupação a migração dirigida a essa região pouco antes da Lei de Terras de 1850 e sua efetivação na primeira metade do século XX, compreendendo a invasão dos colonos aos territórios originários dos Kaingang e Guarani-Nhandewa, ou seja, uma “colonização moderna” ou vinculada ao contexto da modernidade.

[...] Quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera quando uma espécie de febre torna a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um “boom” ou “rush”. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase de noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população (Waibel 1955, 391-392 citado em Mussalam 1974, 16).

Referindo-se ao primeiro esboço de povoamento, a autora sugere seu início nos tempos coloniais, com as missões jesuíticas espanholas no século XVII. Além disso, na metade do século XIX, ela aponta a criação da Colônia Militar do Jataí como o segundo marco importante de seu esboço. Semelhante à ênfase dos memorialistas, a autora afirma que o nordeste do Paraná começou a ganhar corpo a partir da chegada de mineiros e paulistas na região de Tomazina, São José da Boa Vista e Siqueira Campos. Nas palavras de Mussalam:

[...] Desta feita, as primeiras penetrações efetuaram-se através dos cursos superior e médio do Rio Itararé, ainda na década de 1850, por fazendeiros mineiros e paulistas, que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra roxa. Assim, surgiram os primeiros núcleos: São José da Boa Vista – ex-São José do Cristianismo (1853); Colônia Mineira – atual Siqueira Campos (1853); Tomazina (1867) e Santo Antônio da Platina (1886). A partir daí, a expansão prosseguiu para o Oeste, tendo pleno desenvolvimento até o Rio das Cinzas (Mussalam 1974, 20).

Dado esse ponto, sobre o aspecto conceitual da análise da autora, José de Souza Martins (1996) ressaltou que a noção dos geógrafos é limitada, considerando que essa perspectiva nega, social e historicamente, agentes que são essenciais para compreender uma situação de fronteira. Segundo o sociólogo, a percepção dos geógrafos “[...] não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (Martins 1996, 28). Logo, assim como Leo Waibel e Pierre Monbeig fizeram, o privilégio de análise da autora partiu dos agentes conhecidos como “pioneiros”, omitindo as populações indígenas, caboclas-posseiras e rotineiras de seu campo de análise. Isso significa que o estudo da autora não representa uma totalidade histórica, mas

uma pequena parte do que constitui o conjunto histórico mais amplo (e invisibilizado) do processo de reocupação territorial.

Um outro ponto crítico é sobre a expansão da região. No seu entender, a expansão do “Norte Pioneiro” do Paraná aconteceu em decorrência da expansão paulista, ou seja, interpretando a ocupação desse espaço como uma continuidade do povoamento de São Paulo (Mussalam 1974, 21). Na perspectiva de Nelson Tomazi (1997), esse argumento tratou-se de um discurso, considerando que a reocupação dessa região acontece em detrimento de diversos aspectos:

[...] Pode-se citar a continuidade do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em algumas áreas de São Paulo e Minas Gerais e a conseqüente queda na produtividade desta cultura, enquanto, no Paraná, havia grande disponibilidade de terras novas possíveis de serem compradas a preços baixos ou possíveis de serem apossados, além do que, havia a ausência de medidas restritivas ao plantio de café, tanto por parte do governo central, como do paranaense (Tomazi 1997, 164).

A ideia do excerto anterior sugere que não há uma reocupação natural do espaço. Um agente histórico, por exemplo, não se muda de Minas Gerais para o nordeste do Paraná por simples vontade ou desejo de se aventurar. Pelo contrário, sua mudança foi impulsionada por fatores, desejos e interesses maiores, ou seja, econômicos ou políticos. Citando Pedro Calil Padis (1981), Tomazi (1997) reforçou seu argumento destacando alguns pontos interessantes, como:

[Padis] a) algumas áreas estavam esgotadas e não todo o “Oeste Paulista” como muitos autores enfatizam; b) houve uma urbanização significativa, o que originou uma procura de alimentos muito grande, propiciando a produção destes também na região nordeste do Paraná (Meso-região Norte Pioneiro); c) os fazendeiros paulistas, das regiões citadas, dividiram as suas fazendas para lucrar mais, donde pode-se concluir que muitos deles vieram para o Paraná (a leste do Tibagi) para comprar terras com a mesma finalidade. Assim, acreditamos que há uma dose muito grande de ufanismo e alguns equívocos quando se afirma que a região hoje situada ao norte do estado do Paraná foi ocupada pela expansão da cafeicultura paulista (Tomazi 1997, 166).

No livro *Norte Velho, Norte Pioneiro*, Ruy Wachowicz (1987) concordou com a Rene Mussalam (1974) sobre a criação da Colônia Militar Jataí ser um marco importante da

ocupação. Contudo, o autor faz o exercício de anteceder esse período, argumentando que essa região começou a ser ocupada através de dois pontos: 1 — pelo caminho terrestre e fluvial (Tibagi-Paranapanema por iniciativa de Barão de Antonina); 2 — pelo leste, “[...] por iniciativa dos tropeiros e latifundiários mineiros, que começaram a *possear* terrenos na região” (Wachowicz 1987, 6).

O autor defende que os primeiros a ocuparem este espaço são os mineiros, que desempenhavam, em grande parte, o papel de tropeiros nessa região. Como exemplo, Wachowicz (1987) citou o caso de Domiciano Corrêa Machado, tropeiro e proprietário de terras que se estabeleceu na margem esquerda do rio Itararé por volta de 1842-1843.

É interessante notar que, diferentemente de Mussalam (1974) que trabalha com dados estatísticos e quantitativos, Wachowicz (1987) preferiu utilizar um vasto aporte de fontes para compreender a história do “Norte Pioneiro”. Nesse sentido, o autor incluiu ofícios, relatórios da Província do Paraná, coleção de jornais, mapas, depoimentos orais, bibliografias pertinentes a região e documentos do Arquivo do Instituto de Terras e Cartografia (ITC), buscando potencializar e abranger sua análise. Além do mais, Wachowicz nos fornece um dado importante concernente à forma da efetivação da posse da terra, ou seja, como era feita a delimitação ou demarcação de terras pelos *possiantes*:

Os mineiros do Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma *água*. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira *é dono da água e do terreno que a acompanha até o fim*. Esta posse ou água terminava quando este riacho desaguava num rio maior. No caso dos pioneiros de S. José do Cristianismo, o ponto de partida para as primeiras *águas* foi um morro que existe na região. A população chamava-o simplesmente de pico. Desse pico, saíam até o Itararé três *águas*. Cada uma dessas *águas* deram origem a posses: Água da Pedra, Gabiroba e Grama. Como essas posses medidas por falta absoluta de condições, os *possiantes* combinavam: *aqui é meu, ali é de fulano* (Wachowicz 1987, 81-82).

Do ponto de vista social, Wachowicz (1987) conseguiu realizar uma análise mais abrangente que Mussalam (1974) sobre o início do repovoamento dessa região, demonstrando

como era feito as aquisições de terras pelos *possiantes*, além de outras especificidades. Entretanto, os dois estudos condizem sobre uma questão comum: a utilização do termo *terras devolutas* para classificar as terras que eram consideradas “desocupadas”. Isso sugere que, antes da chegada dos “pioneiros”, não havia qualquer indício ou existência de pessoas habitando esse espaço. O termo *terra devoluta*, assegurado pela Lei de Terras de 1850, como lembra Novak e Mota (2016), omitia do “[...] texto constitucional o legítimo direito dos povos indígenas sobre as áreas que habitavam [...]” (Novak e Mota 2016, 78). Nesse sentido, essa terminologia reforça a ideia de *vazio demográfico*, negando a presença de povos indígenas que, historicamente, já residiam nesse espaço (Mota 2009). Apesar de Wachowicz (1987) ter seu ponto de análise a partir das classes com o menor poder aquisitivo monetariamente, sua perspectiva histórica, assim como Mussalam (1974), acabou reproduzindo a visão do colonizador sobre a reocupação desse espaço, ou seja, sobre como os “pioneiros” entendem a história dessa região.

A historiografia do início do século XXI e a reocupação: olhares e perspectivas outras

No início do século XXI, percebe-se alguns estudos pertinentes sobre a história do “Norte Pioneiro” do Paraná, partindo de diferentes áreas do conhecimento, como Antropologia Social, Patrimônio Cultural, Arqueologia, Etno-História, Educação, entre outros. Essas produções não têm como pressuposto a reprodução do pioneirismo, mas problematizar e suspeitar das investigações que produziram a história do *colonizador*.

No decorrer da década de 2010, alguns estudos ressaltaram que há poucas investigações sobre a história dessa região, nesse caso, que dê conta da maioria de suas especificidades – além de alertar para os perigos de uma *história oficial*. Conforme Janete Leiko Tanno, sobre a complexidade histórica e questionando quais são as histórias das cidades, práticas políticas e a inclusão de novos personagens na historiografia desse espaço, “ainda que haja uma historiografia que responda, parcialmente, a essas questões, estranha-se

que poucos estudos tenham sido realizados sobre a história da região e de suas cidades [...]” (Tanno 2015, 9). Já Flávio Ruckstadter, no campo da Educação, afirma sobre os perigos da “falta” de pesquisa, considerando que “(...) como são poucos os trabalhos acadêmicos que investigam a história desse espaço, repete-se em obras e estudos memorialistas tradicionais a noção de que as terras estavam desocupadas (...)” (Ruckstadter 2018, 404). Afirmação semelhante pode ser observada na dissertação de Aluizio Carsten (2012), ao salientar que mesmo após de mais de duas décadas de publicação do livro *Norte Velho, Norte Pioneiro* (1987) de Ruy Wachowicz, o nordeste do Paraná “(...) ainda é pouco conhecida pela nossa historiografia, e, assim como no período em que ele se debruçou sobre ela, ainda há poucas publicações que tratem da história do Valuto” (Carsten 2012, 43). A ênfase dada por esses autores demonstrou que, em comparação com outras regiões do Paraná (Norte Central, Noroeste, Sudoeste etc.), ainda há poucos estudos sobre a história do “Norte Pioneiro” paranaense¹², principalmente sobre sua reocupação.

Entretanto, nesse mesmo contexto e a partir dessas problemáticas, surgiram diversas produções, empreendendo uma análise a partir de diferentes escalas, conectando o local, o regional e o nacional, além de questionarem e problematizarem os estudos tradicionais e discursos sobre esse espaço. Nesse sentido, estes estudos buscaram incluir novos agentes históricos na história do nordeste do Paraná, bem como trazer um outro viés interpretativo sobre sua colonização: o que era considerado ocupação se torna “reocupação”. Vale ressaltar que estes estudos são influenciados pela historiografia da década de 1990, como no exemplo dos historiadores Lucio Tadeu Mota, Nelson Dácio Tomazi, entre outros. Além disso, essas pesquisas são emergentes de lugares institucionais divergentes, como na pós-graduação,

¹² Mesmo assim, esta região conta produções de diferentes vertentes e métodos que são extremamente importantes para a compreensão histórica local e regional, como Alvares 2017; Carreri e Souza 2019; 2021; Corrêa 2015; Cunha 2021; Evangelista (2012; 2020); Fidelis 2022; Lino 2009; Martines 2016; Mayrinck 2021; Oliveira, Silva e Bueno 2018; Paiva 2022; Ruckstadter, F. 2018; Ruckstadter, F. e Ruckstadter, V. 2022; Selonk 1999, entre outros.

trabalho de conclusão de curso (TCC) e em revistas de artigos científicos¹³. Contudo, delimitaremos nossa análise às produções no campo da pós-graduação.

A dissertação de Aluizio Carsten (2012), intitulada *Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: uma história de povos sem história*, analisou, em diferentes tempos históricos, as manifestações de populações indígenas ao longo do rio das Cinzas. Além disso, essa pesquisa marca o rompimento com a historiografia tradicional no que concerne sobre quem seriam os primeiros ocupantes desse espaço. Para Carsten, através da Arqueologia e Etno-História:

A partir da análise das fichas do CNSA e da leitura da bibliografia encontrada sobre as pesquisas arqueológicas na bacia do rio das Cinzas, podemos constatar que antes da entrada dos grandes fazendeiros mineiros e paulistas na segunda metade do século XIX, diferentes grupos humanos ocuparam a região. Foi constatada a presença de pelo menos três tradições arqueológicas que remetem a populações etnicamente distintas na bacia do rio das Cinzas no período pré-colonial, além de duas tradições rupestres associadas à sítios da tradição Itararé-Taquara. Existem também sítios históricos com cerâmicas da tradição chamada de Neobrasileira, por terem sido confeccionadas e utilizadas por populações negras, caboclas, indígenas e não indígenas, mas essa não será aqui discutida (Carsten 2012, 63-64).

Conforme a tabela organizada por Carsten (2012) e com dados extraídos dos estudos do arqueólogo Igor Chmyz (2008), comprovou-se que a presença humana nessa região data a partir de 9 mil anos a.p. (antes do presente) ou 7 mil anos a. C., como no caso da tradição arqueológica conhecida como Umbu (Carsten 2012, 92). Essas descobertas indicam que a historiografia tradicional estaria cometendo um equívoco, uma vez que esta historiografia considera os “pioneiros” como os primeiros ocupantes dessa região. Ou seja, a chegada dos “pioneiros” não deve ser considerada como uma ocupação, mas uma *reocupação*. Nisso, Carsten afirma que “[...] a maioria dos autores que analisaram ou descreveram o processo de (re)ocupação da região hoje chamada Norte do Paraná buscou confirmar ou construir um discurso dominante” (Carsten 2012, 48).

¹³ Para mais informações, ver Fidelis 2022; Rodrigues 2013.

Outro estudo que rompe com o olhar do “pioneiro” é a dissertação de Vanessa Mayrinck (2021), que objetivou abordar as memórias consideradas “subterrâneas”, ou seja, as memórias de populações afrodescendentes na cidade de Jacarezinho-PR, por meio da área patrimonial. Em uma crítica à narrativa do “pioneiro”, Mayrinck destacou que:

A narrativa que coloca o pioneiro como primeira figura a pisar nessa região é problemática, uma vez que, exclui os sujeitos que aqui já estavam há um grande período de tempo.

“Então, como é do lado de lá? Há muita gente? Do lado de lá não há viva alma, disse-lhe um deles. Aquilo é só sertão, bicho e bugre” (PEREIRA, s/d, p.10, grifo nosso).

Ora, o diálogo acima coloca em xeque a narrativa assentada no pioneiro como o primeiro a “desbravar” o território. (Mayrinck 2021, 64)

A dissertação de Paulo Paiva (2022), também demarca sua posição em relação à “colonização” do “Norte Pioneiro”. O autor assinalou que, geralmente, a reocupação foi tratada como um processo pacífico, sem violência e sem grandes conflitos, como se o contato entre não indígenas e indígenas não gerasse nenhum tipo de reação. Além disso, é nítido como a historiografia da década de 1990 e do início do século XXI é influente em sua pesquisa:

Aproximadamente, data-se 10 mil anos de ocupação da região por populações nativas, mesmo antes dos indígenas conhecidos etnograficamente. A partir dos estudos de Nelson Dacio Tomazi (1997) e Aluizio Alfredo Carsten (2012), deixa-se claro que ao se tratar da chegada do colonizador centrado na figura do “pioneiro” migrante mineiro e paulista, o melhor termo aplicado é o de (re)ocupação (Paiva 2022, 64).

A intenção deste tópico foi deixar claro como a historiografia do século XXI marca uma ruptura com o pensamento da historiografia tradicional. Isso não quer dizer que a história dos “pioneiros”, mineiros, paulistas etc. não seja válida. O objetivo, do ponto de vista histórico, é a emergência de uma história plural, ou seja, a riqueza da análise social está nas histórias e memórias de diferentes agentes históricos. A questão não é deslegitimar a historiografia tradicional, mas apontar problemas concernentes ao ponto de vista de uma produção que partiu da ótica do colonizador. Essa visão, por sua vez, acaba omitindo diferentes agentes históricos que tiveram um papel fundamental na formação do “Norte

Pioneiro” do Paraná, como as populações indígenas (Kaingang, Guarani Nhandewa e Guarani Kaiowá), cabocla-posseiras, afrodescendentes e as mulheres – como lembrado pelo memorialista Joaquim Vicente de Souza (1988), que são esquecidas pelas narrativas memorialistas. Além disso, as produções do século XXI buscaram problematizar os discursos que descaracterizam o passado, como no exemplo do discurso do *vazio demográfico*, tão discutido pelo historiador Lucio Tadeu Mota (2009) e que, desde então, é influente nas produções sobre o “Norte Pioneiro” e a História do Paraná.

Conclusões

A pretensão deste artigo foi analisar, em uma perspectiva historiográfica, as diferentes visões sobre como foi a reocupação do nordeste do Paraná até a década de 1930. Portanto, neste estudo, não tratamos da formação de cidades como Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Assaí etc. que surgiram posteriormente ao recorte temporal estabelecido. Além disso, nos preocupamos em observar quais eram as concepções de análises adotadas, as áreas e os paradigmas aos quais os autores pertencem.

No exemplo dos geógrafos da década de 1930 e 1950, o conceito de análise adotado é o das frentes ou zonas pioneiras. Essa perspectiva, como deixa claro José de Souza Martins (1996), tem como privilégio e figura central o personagem conhecido como “pioneiro”, aquele que “desbravou” as matas “frondosas” e, ao mesmo tempo, símbolo da “civilização” e modernização. Ficaram omitidos em suas análises os caboclos-posseiros, pequenos produtores e populações indígenas, corroborando para o mito do *vazio demográfico* (Mota 2009). Essa ótica, nas décadas posteriores, foi apropriada para o campo histórico, com referência na dissertação da Rene Mussalam (1974).

Os memorialistas, com o empreendimento de registrar a memória local (de suas cidades) através de suas narrativas e fundar os marcos históricos, também corroboraram para a versão histórica do colonizador, semelhante às perspectivas de Leo Waibel, Pierre Monbeig

e Rene Mussalam. Entretanto, como no caso do livro *Santo Antônio da Platina* (1994), revelou-se um caráter paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo que consideram essa região um *deserto demográfico* antes da chegada dos reocupantes, demonstram a presença de índios Kaingang no processo de formação dessa cidade.

Na década de 1980, sobre a história dessa região, foi emergente o estudo de Ruy Wachowicz (1987), partindo dos pressupostos da área de História Regional. Como modo de potencializar sua pesquisa, o autor trabalhou com um aporte de fontes vasto. Wachowicz não teve como pretensão contar a versão dos grandes fazendeiros —ou dos coronéis, como o autor se referiu—, mas seu objetivo foi além: demonstrar como eram feitas as posses de terras pelos pequenos proprietários ou *possiantes*. Entretanto, devido ao contexto histórico que o autor pertence, emerge uma problemática referente à exclusão das populações indígenas no processo de reocupação. Considera que, antes da chegada dos “pioneiros”, essas terras eram “devolutas”, termo correntemente criticado por Carsten (2012), Novak e Mota (2016), por exemplo.

A historiografia que abre o século XXI sobre essa região apresenta uma ruptura com a historiografia tradicional. Nesse quesito, dá-se a importância de incluir novos agentes sociais na formação histórica das cidades e do “Norte Pioneiro”. São pesquisas que trabalham sobre a memória afrodescendente, presença indígena e a crítica da memória dominante —perspectiva do colonizador—. Ademais, são estudos com fortes influências da historiografia da década de 1990, principalmente sobre as investigações de Lucio Tadeu Mota e Nelson Dácio Tomazi.

Com a dissertação de Aluizio Carsten (2012), rompeu-se com o marco histórico estabelecido pelos “pioneiros”. A história da presença humana nesse espaço não começou na metade do século XIX, como deixa claro a historiografia tradicional (Mussalam 1974; Wachowicz 1987). Como apontou Carsten (2012), há vestígios arqueológicos de tradições históricas, como Umbu, que chegam a datar de 9 mil anos antes do presente. Isso fortalece a

ideia de que não houve uma ocupação como os “colonizadores” tentam demonstrar, mas uma *reocupação* – com fins capitalistas (Tomazi 1997).

Referências

Ab'Saber, Aziz. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8, 22, 1994.

Aimone, Thomaz. *Jacarezinho, seus Pioneiros e os que labutaram para o progresso desta terra*. Jacarezinho: S. e., 1975.

Alvares, Angelica. “Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2017. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4623/2/ANGELICA%20RAMOS%20ALVARES.pdf>

Arruda, Gilmar, e Wander de Lara Proença. “A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da academia: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012)”. *Revista de História Regional* 18, no. 1 (2013): 240-260. <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/5024>

Barros, José D’Assunção. “História e Historiografia: todas as interações possíveis”. Em *A Historiografia como Fonte Histórica*, organizado por José D’Assunção Barros, 15-77. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

Batista, Astolfo Severo. *Jacarezinho: Breve Histórico dessa localidade, como homenagem à data do seu cinquentenário*. Jacarezinho: S. e., 1950.

Burke, Peter. “História como memória social”. Em *Variedades de história cultural*, Peter Burke, 67-89. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Calheiro, Sebastião Américo. *História de Santo Antônio da Platina*. Curitiba: Blanche, 2014.

Carreri, Marcio Luiz. “O ‘Norte Pioneiro’ do Paraná: região, modernização e dominação”. Em *Anais do XXXI Simpósio Nacional de História - História, verdade e tecnologia*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2021. <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/36-snh31>

Carreri, Marcio Luiz, e Gabriely Cristine de Souza. “A estrutura fundiária no Brasil e a luta pela reforma agrária: o acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho-PR”. *Movimentação* 6, no. 11 (2019): 83-100. <https://doi.org/10.30612/mvt.v6i11.10902>

Carsten, Aluizio Alfredo. “Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: uma história de povos sem história”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2012. <https://pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/aluizio-alfredo-carsten.pdf/view>

Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Corrêa, Hugo Emmanuel da Rosa. “O espelho de Eugênio Sigaud: Imagens e representações na Catedral Diocesana de Jacarezinho”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, 2015. <https://repositorio.uel.br/items/87463399-f058-44c0-8a58-d923383f243c>

Crespo, Cezar Laranjo, Ivone Mendes de Souza Tanko, Luciano Dias de Oliveira Reis, e Sônia Regina Gatzk Moreira. *Santo Antônio da Platina: pioneiros e Desbravadores*. Santo Antônio da Platina: S. e., 1994.

Evangelista, Luciana de Fátima Marinho. “O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, 2012. <https://repositorio.uel.br/items/6018f823-4b2d-406d-a1fa-deb2770fb375>

Evangelista, Luciana de Fátima Marinho. “ARTE PARA SER VISTA E ADMIRADA: A pintura mural de Eugênio de Proença Sigaud a partir da catedral de Jacarezinho, Paraná”. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2020. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_452281d05966f9e4d4eff6689977ff96

Faria, Alice do Amaral. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001.

Fidelis, Mateus Torelli. “Reocupação do Norte Pioneiro do Paraná: o caso de Cambará, Alambary e os indígenas”. *Revista Angelus Novus* 13, no. 18 (2022): 196003. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-5487.v13i18p196003>

Gonçalves, José Henrique Rollo. “História Regional & Ideologias. Em torno de algumas coreografias do Norte Paranaense – 1930/1980”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1995. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/27260/D%20-%20GONCALVES%2C%20JOSE%20HENRIQUE%20ROLLO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Kohlhepp, Gerd. “A Contribuição de Leo Waibel para o Conhecimento da Colonização Agrária no Brasil do Séc. XX”. *Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science* 8, no. 3 (2019): 69-87. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2019v8i3.p69-87>

Lino, Anderson. “A história do senhor bom Jesus da cana verde: conflitos e celebrações em torno de uma imagem religiosa (Siqueira Campos-PR, 1933)”. Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

Martines, Natália da Silva Madóglgio. “Preservação da história e da memória da Companhia Barbosa Ferraz/PR”. Conferência apresentada no XV Encontro Regional de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 26-29 de julho de 2016. https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1467331565_ARQUIVO_artigoanpuhvers_aodefinitiva.pdf

Martins, José de Souza. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira”. *Tempo Social* 8, no. 1 (1996): 25-70. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

Martins, Romário. *Cafelândia ou terra das glebas de ouro: impressões de viagens*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

Mayrinck, Vanessa Fernanda. “História, Memória e Patrimônio Cultural: uma articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no município de Jacarezinho (PR)”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2021.

Monbeig, Pierre. “A zona pioneira do norte do Paraná”. *Revista Brasileira de Geografia* 1, no. 3 (1935): 221-238.

Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec - Polis, 1984.

Mota, Lucio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 2009.

Mussalam, Rene. “Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1974.

Novak, Éder da Silva, e Lucio Tadeu Mota. “A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950)”. *Fronteiras* 18, no. 32 (2016): 76-97. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5824>

Oliveira, Luiz Antonio de, Cibele Mayara da Silva, e Suelen Pereira Bueno. “Fontes para história da educação no Município de Curiúva – PR: contribuições para a historiografia das escolas rurais no Norte Pioneiro do Paraná”. *Revista HISTEDBR On-line* 18, no. 2 (2018): 495-522. <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652192>

Padis, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Paiva, Paulo José de. “‘Norte Pioneiro’ e Salto do Itararé: História Regional e Local em sala de aula”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/704857>

Proença, Helena. *Os Pioneiros*. São Paulo: Ixtlan, 2012.

Pugas, Alba. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002.

Rodrigues, Tatiane Aparecida Fogaça. “Uma estação na memória: representações e sociabilidades acerca da Estação Afonso Camargo de Joaquim Távora – PR (1945-1980)”. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2013.

Ruckstadter, Flávio Massami Martins. “Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971)”. *Rev. Revista HISTEDBR On-line* 18, no. 2 (2018): 401-419. <https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652349>

Ruckstadter, Flávio Massami Martins, e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter. “A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961”. *Revista Diálogo Educacional* 22, no. 73 (2022): 624-648. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.22.073.DS06>

Santos, Loureiro. “Coletânea de Mapas Históricos do Paraná. 1924”, Instituto Água e Terra (IAT) (página web), 1924.
https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/mapa1924.pdf

Selonk, Marcus José Takahashi. “Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria”. *Mediações - Revista de Ciências Sociais* 4, no. 2 (1999): 76-87.
<https://doi.org/10.5433/2176-6665.1999v4n2p76>

Souza, José Vicente de. *Minha Terra e Minha Gente: História do município da Colônia Mineira e Siqueira Campos*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

Tanno, Janete Leiko. “Patrimônio Documental do ‘Norte Pioneiro’ do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975)”. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015.
<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=780>

Tomazi, Nelson Dácio. “Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 1997.

Wachowicz, Ruy Christovam. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

Waibel, Leo. “As zonas pioneiras do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia* 17, no. 4 (1955): 389-422.